



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL

PETIÇÃO INICIAL

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, vem requerer

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO

em desfavor de MILTON RIBEIRO, brasileiro, Ministro da Educação, com domicílio profissional no Prédio do Ministério da Educação – Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Brasília/DF, CEP 70.058-900, GILMAR SANTOS, presidente da Convenção Nacional de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus no Brasil, a ser devidamente qualificado, e ARILTON MOURA, assessor de Assuntos Políticos da Convenção Nacional de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus no Brasil, a ser devidamente qualificado, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

A Procuradoria-Geral da República recebeu representação, protocolada no dia de ontem – etiqueta PGR-00108847/2022 – em que o

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'M. A.', is located at the bottom right of the page.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Deputado Estadual de São Paulo Carlos Giannazi, afirma que, segundo notícias jornalísticas, haveria a liberação de verbas oficiais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e do Ministério da Educação direcionadas ao atendimento de interesses privados do Ministro Milton Ribeiro.

Consta na reportagem que o Ministro teria externado a sua prioridade na liberação de obras. Primeiramente, aos municípios que mais precisariam e, em segundo lugar, para atender àqueles que seriam amigos do Pastor Gilmar Santos diante de um pedido efetuado pelo Presidente da República.

Haveria ainda uma solicitação de sua parte para o atendimento do pedido, qual seja, a prestação de apoio na construção de igrejas.

A matéria jornalística menciona um encontro realizado com o prefeito do município de Rosário/MA, Calvet Filho, *“para tratar de liberação de recursos para construção de escolas, de uma creche e equipamentos”*.

Sugere o representante a possibilidade de o representado ter perpetrado o **crime de tráfico de influência**, previsto no art. 332 do Código Penal, postulando *“a tomada das providências para investigação das denúncias feitas”*.

Assinatura manuscrita em azul, aparentemente de um representante ou funcionário da Procuradoria-Geral da República.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Ante a grande repercussão midiática dos eventos, aportaram no Ministério Público Federal as representações de etiqueta PGR-00112139/2022, PGR-00112143/2022, PGR-00112594/2022, PGR-00112635/2022 e PGR-00112640/2022, de mesmo teor, que foram apensadas ao presente procedimento principal e que seguem em anexo.

Em nota, o Ministro Milton Ribeiro alegou:

Diferentemente do que foi veiculado, a alocação de recursos federais ocorre seguindo a legislação orçamentária, bem como os critérios técnicos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Não há nenhuma possibilidade de o ministro determinar alocação de recursos para favorecer ou desfavorecer qualquer município ou estado.

Registro ainda que o Presidente da República não pediu atendimento preferencial a ninguém, solicitou apenas que pudesse receber todos que nos procurassem, inclusive as pessoas citadas na reportagem. Da mesma forma, recebo pleitos intermediados por parlamentares, governadores, prefeitos, universidades, associações públicas e privadas. Todos os pedidos são encaminhados para avaliação das respectivas áreas técnicas, de acordo com legislação e baseada nos princípios da legalidade e impessoalidade.

Desde fevereiro de 2021, foram atendidos in loco 1.837 municípios em todas as regiões do País, em reuniões eminentemente técnicas organizadas por parlamentares e gestores locais, registradas na agenda pública do Ministério, estabelecendo relação direta entre o

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Milton Ribeiro', is located in the bottom right corner of the page.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

MEC e os entes federados. Os atendimentos técnicos, conduzidos por servidores da autarquia, permitem esclarecimento dos procedimentos para planejamento e acesso aos recursos disponibilizados via FNDE, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR 4).

Seguindo os princípios de transparência, integridade e governança, obedecendo orientação dos Órgãos de Controle Federais (CGU e TCU), esta gestão apresentou o Painel de Investimentos, buscando o aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos, pois muitos prefeitos ainda desconhecem sua carteira de projetos e quais recursos estão disponíveis em suas contas. O Painel está disponível a qualquer cidadão que deseja acompanhar os recursos de seu município.

Independente de minha formação religiosa, que é de conhecimento de todos, reafirmo meu compromisso com a laicidade do Estado, compromisso esse firmado por ocasião do meu discurso de posse à frente do Ministério da Educação. Ressalto que não há qualquer hipótese e nenhuma previsão orçamentária que possibilite a alocação de recursos para igrejas de qualquer denominação religiosa.

Por fim, reafirmo o meu compromisso republicano de exercer as atribuições desta Pasta em prol do Interesse Público e do futuro da Educação do Brasil. (grifos nossos)

Preambularmente, os fatos investigados se enquadram na jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal na Questão de Ordem na Ação Penal 937 do Rio de Janeiro, em 3 de maio de 2018, a respeito da competência por foro por prerrogativa da função e, conseqüentemente, da atribuição da Procuradoria-Geral da República. Deveras, o Ministro teria, a

Assinatura manuscrita em tinta azul, localizada no canto inferior direito da página.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

princípio, praticado a conduta “durante o exercício do cargo e relacionado às funções desempenhadas”.

Da análise das alegações do Ministro representado, observa-se que este em momento algum negou ou apontou falsidade no conteúdo da notícia veiculada pela imprensa, admitindo, inclusive, a realização de encontros com os pastores nela mencionados.

Em que pese a sua menção à *“nenhuma possibilidade de determinar a alocação de recursos para favorecer ou desfavorecer qualquer município ou estado”*, a posição por ele ocupada - na cúpula do órgão máximo da área de educação do país - proporciona-lhe direção política sobre o funcionamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o seu respectivo cronograma.

À ideia de que *“não há qualquer hipótese e nenhuma previsão orçamentária que possibilite a alocação de recursos para igrejas de qualquer denominação religiosa”*, se opõe o argumento de que não é apenas a destinação dos próprios recursos públicos a igreja que se inquína, mas a existência de uma uma potencial contrapartida à prioridade concedida na liberação dessas verbas.

O Ministro da Educação afirmou em nota a imprensa que lideranças religiosas apontadas em matérias jornalísticas como associadas a promessas de intermediação na liberação facilitada de recursos são recebidas da mesma

Assinatura manuscrita em azul, localizada no canto inferior direito da página.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

forma que os pleitos intermediados por parlamentares, governadores, prefeitos, universidades, associações públicas e privadas.

Não bastante, conforme noticiado¹ os líderes religiosos Gilmar Silva dos Santos e Arilton Moura teriam se reunido com o Ministro da Educação por 18 vezes nos últimos quinze meses, além de haver da menção de viagens domésticas na companhia do Ministro, o que não foi esclarecido oficialmente.

Por fim, Os prefeitos de Guarani D'Oeste (SP), Israelândia (GO), Jaupaci (GO) e Jandira (SP) teriam informado à imprensa que contaram com a intercessão de Gilmar Silva dos Santos e Arilton Moura junto ao Ministério da Educação. O prefeito de Luis Dominges (MA) teria sido recebido pelo Ministro de Estado da Educação no próprio Ministério em abril de 2021, e, após a reunião, em um almoço em restaurante em Brasília, Gilmar Silva dos Santos cobrou-lhe uma soma em dinheiro para protocolar no MEC seus pedidos e que após a liberação dos recursos pelo Ministério deveria pagar-lhe "1 quilo de ouro"²

Destarte, o conteúdo das representações dirigidas à Procuradoria-Geral da República portam grau de plausibilidade e lastro probatório material

¹ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/23/crise-no-mec-o-que-ja-se-sabe-sobre-audio-em-que-ministroadmite-pedido-de-bolsonaro-para-passar-verba-a-municipios-indicados-por-pastores.ghtml>

² <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pastor-pediu-1-kg-de-ouro-para-liberar-dinheiro-no-mec-dizprefeito,70004016818>

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'M. B.', is located in the bottom right corner of the page.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

que reclamam apuratório para elucidação da possibilidade do cometimento dos delitos de corrupção passiva privilegiada (art. 317, § 2º do Código Penal), prevaricação (art. 319 do Código Penal), advocacia administrativa (art. 321 do Código Penal) e tráfico de influência (art. 332 do Código Penal).

Em face do exposto, o PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA requer a instauração de inquérito em desfavor de MILTON RIBEIRO, com base no art. 21, XV, do Regimento Interno desse e. Tribunal, fixando-se o prazo inicial de 60 dias para a conclusão da investigação.

Deferido o pedido, pugna-se pela adoção das seguintes medidas:

a) as oitavas

a.1) de Milton Ribeiro;

a.2) de Gilmar Santos;

a.3) de Arilton Moura.

a.4) do Prefeito Nilson Caffer de Guarani D'Oeste (SP)

a.5) da Prefeita Adelícia Moura de Israelândia (GO)

a.6) do Prefeito Laerte Dourado de Jaupaci (GO)

a.7) do Prefeito Doutor Sato de Jandira (SP)

a.8) do Prefeito Calvet Filho de Rosário (MA)

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a final flourish, located at the bottom right of the page.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

b) o envio dos autos à autoridade policial, para a análise das circunstâncias da produção do áudio veiculado pelos portais de imprensa com pretensas declarações de Milton Ribeiro;

c) o envio de ofício ao Ministério da Educação e à Controladoria-Geral da União, para o esclarecimento do cronograma de liberação das verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e os critérios adotados;

d) a tomada das medidas investigativas que entender cabíveis, sem prejuízo do requerimento posterior pelo Ministério Público Federal de outras que se revelarem necessárias;

e) o apensamento das petições, porventura, distribuídas noticiando os mesmos fatos e conexos (art. 79 do Código de Processo Penal), sem prejuízo de eventual requerimento de desmembramento da apuração em relação aos investigados não detentores de foro por prerrogativa de função, com fulcro no art. 80 do Código de Processo Penal e na jurisprudência remansosa do Supremo Tribunal Federal (INQ 4.034, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, Dje 27.4.2017).

Brasília, 23 de março de 2022.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Augusto Aras', is written over the printed name.

Augusto Aras

Procurador-Geral da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

LISTA DE ANEXOS

1. Representação PGR-00108847/2022;
2. Representação PGR-00112139/2022;
3. Representação PGR-00112143/2022;
4. Representação PGR-00112594/2022;
5. Representação PGR-00112635/2022;
6. Representação PGR-00112640/2022;
7. Matéria jornalística da Folha de S. Paulo, de 21/03/2022, disponível no link: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/03/ministro-da-educacao-diz-priorizar-amigos-de-pastor-a-pedido-de-bolsonaro-ouca-audio.shtml>;
8. Matéria jornalística do G1, de __, disponível no link: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/23/crise-no-mec-o-que-ja-se-sabe-sobre-audio-em-que-ministro-admite-pedido-de-bolsonaro-para-passar-verba-a-municipios-indicados-por-pastores.ghtml>.

Assinatura manuscrita em tinta azul, localizada no final da lista de anexos.